

ESTUDOS DIVERSIFICADOS II

Prof. Dr. Wagner Iglecias

Monitora PAE: Doutoranda Carolina Moro (PROCAM-USP)

Objetivos da aula

Discutir a importância teórica e sobretudo prática da Análise das Políticas Públicas, abordando os temas Descentralização, Federalismo, Políticas Sociais e Intersetorialidade

TEORIAS EXPLICATIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Pluralista

Marxista

Elitista

Corporativista

Neo-Institucionalista

Teorias Explicativas das Políticas Públicas

PLURALISTA

Derivada da Poliarquia. Existência de muitos centros de poder, e nenhum propriamente soberano em relação aos demais

Atores legitimados pelo voto, competindo livremente entre si para fazer valer seus interesses

Os que exercem **pressão de forma mais competente têm melhores condições de fazer prevalecer seus objetivos em relação aos demais**

Muitas vezes ocorrem coalizões momentâneas, entre os grupos de pressão, a fim de atingir interesses comuns ou somar esforços

Demandas e apoios (inputs) dos grupos resultam em PP (outputs) por parte do Estado

O Estado seria neutro, e atuaria quase que como um árbitro nessa relação entre os diversos grupos de pressão

O Estado agindo a partir das iniciativas da sociedade

Teorias Explicativas das Políticas Públicas

MARXISTA

O Estado ele próprio é **capturado e é representante de grupos privados que possuem muito mais poder que outros setores da sociedade**

O Estado serve para garantir e promover o processo de acumulação do capital

O Estado trabalha para manter a lei e a ordem, via aparatos repressores (polícia) ou legitimadores (escola)

Estado agindo a partir das iniciativas dos grupos economicamente mais poderosos da sociedade

Teorias Explicativas das Políticas Públicas

ELITISTA

O poder político não deriva, exclusivamente, do poder econômico

As elites que controlam o Estado muitas vezes possuem interesses divergentes daqueles do grande capital privado. E muitas vezes possuem interesses também divergentes em relação a outros grupos privados

São elites minoritárias que controlam minorias majoritárias, num claro caso de assimetria de poder

As elites são formadas por aqueles indivíduos e grupos que REALMENTE controlam a sociedade (ai se incluem altas esferas da burocracia pública, oligarquias políticas, chefes militares e grandes empresas). Próximo a elas situam-se outras elites, como setores da elite sindical, intelectual, líderes políticos de oposição, empresários ascendentes etc.)

Teorias Explicativas das Políticas Públicas

CORPORATIVISTA

Políticas Públicas resultam da interação entre Estado e corporações de interesses, associações, entidades etc.

Setores altamente coesos e organizados em interação com o Estado é que formatam as Políticas Públicas

Teorias Explicativas das Políticas Públicas

NEO-INSTITUCIONALISTA

O Estado novamente no centro e no protagonismo do processo de construção das Políticas Públicas

Visão estadocêntrica das Políticas Públicas

O Estado age para manter o controle de suas instituições sobre a sociedade, reforçando sua autoridade

*As prioridades estabelecidas pela **burocracia pública** são de longo prazo e diversas das demandas de curto prazo dos grupos de pressão e diversos outros setores da sociedade civil*

Parte considerável do poder da burocracia pública baseia-se no acesso privilegiado a uma variável de poder fundamental: a informação

As Políticas Públicas acabam por ser reflexo da visão de mundo e dos interesses da burocracia pública

POLÍTICAS PÚBLICAS

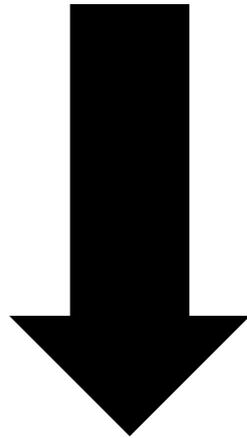
Polity é a regra

Politics é o jogo

Policy é o resultado

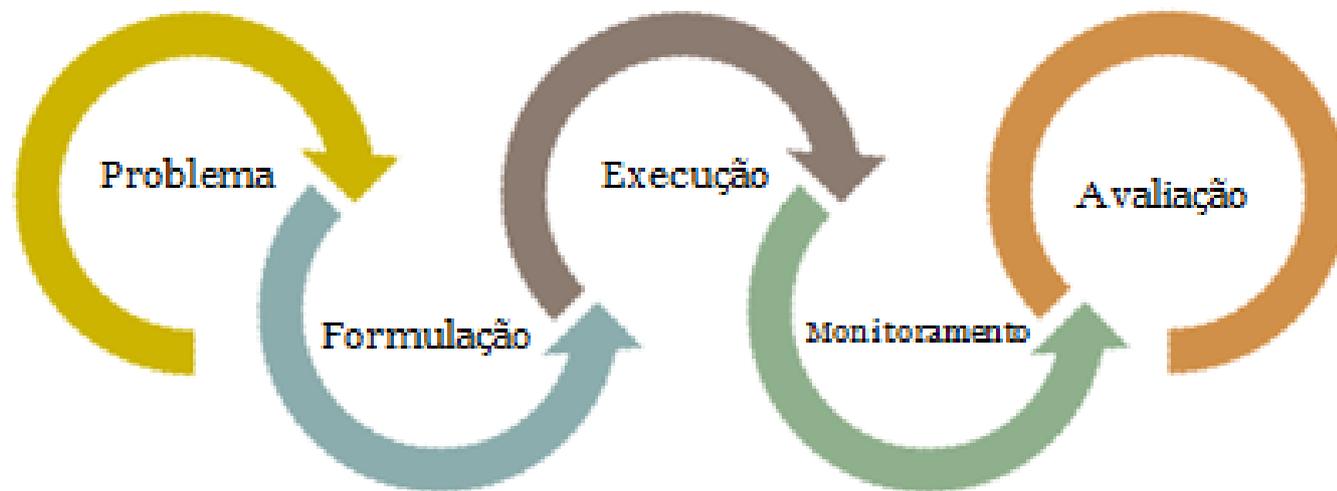
**Política é o estudo sobre quem ganha o quê, quando e como
(Harold Lasswell)**

O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Demandas sociais
Problema / Agenda
Formulação
Implementação
Monitoramento
Avaliação

O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

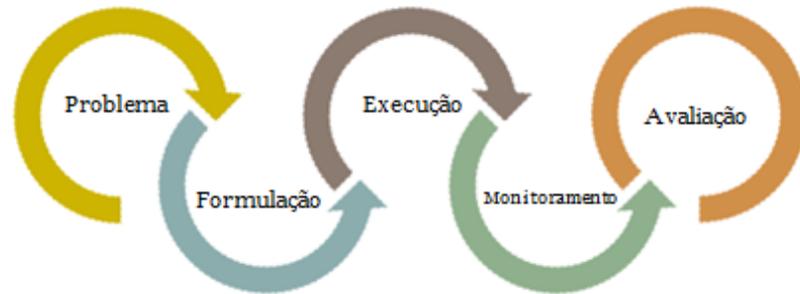


O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



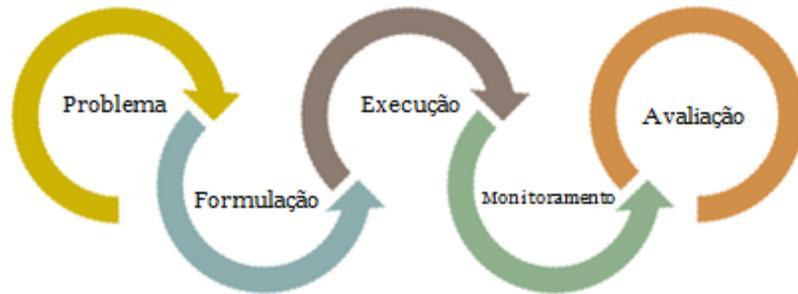
- 1- O que são os problemas?
- 2- Todos os problemas presentes na sociedade são objeto das Políticas Públicas?
- 3- Quem os define? Quem os hierarquiza? Trata-se de um tipo de decisão de que natureza?
- 4- Qual é o papel do Estado em relação aos problemas (demandas) existentes na sociedade?
- 5- O que, de fato, passa da agenda difusa da sociedade, suas várias demandas (problema) para a agenda pública e daí para a agenda governamental?

O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



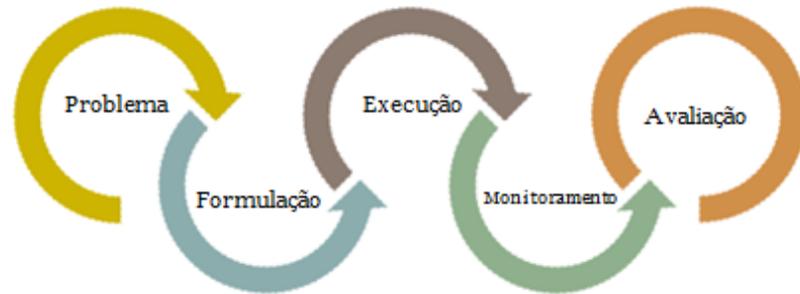
- 1- No que consiste a formulação de Políticas Públicas?
- 2- Quem formula as Políticas Públicas e quais os atores envolvidos na formulação?
- 3- Quais os recursos necessários para poder formular uma Política Pública?

O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



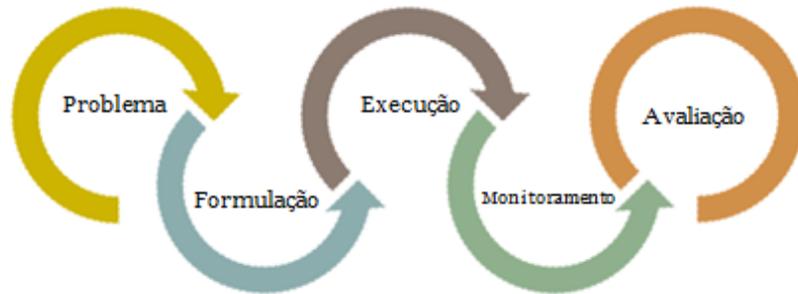
- 1- Quem executa as Políticas Públicas?
- 2- Quais os recursos necessários para poder executar uma Política Pública?
- 3- Em que medida a execução é sempre bem feita e confiável?
- 4- O que são os modelos top-down e bottom-up?
- 4- Que atores estão envolvidos na execução de uma Política Pública?

O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



- 1- O que é o monitoramento de Políticas Públicas?
- 2- Quando ele ocorre?
- 3- Quais atores estão envolvidos com ele?

O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



- 1- Quem avalia as Políticas Públicas?
- 2- Em que medida a avaliação de uma Política Pública pode resultar em sua melhoria?
- 3- Que atores estão envolvidos na avaliação de uma Política Pública?
- 4- Quais as consequências do processo de avaliação de Políticas Públicas?

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Definição:

Estudo detalhado das variáveis e ações recorrentes em diferentes PPs que geram resultados similares (incorpora-se referenciais técnicos de análise que orientam o ciclo das Políticas Públicas. Proximidade à padronização das mesmas)

Conjunto de ações

Avaliação das contribuições resultantes de estratégias técnicas e políticas

Análise dos efeitos que certas ações públicas tiveram sobre a produção de “soluções” e alternativas para os problemas sociais.

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Desafios:

Não desconsiderar os “bastidores” da política e o jogo de poder existente

Não permitir que as políticas públicas se tornem uma operacionalização automática e estática de manuais sobre o tema

Considerar os diferentes contextos para que as PPs sejam elaboradas e implementadas com certo grau de customização.

Não considerar a implementação um resultado perfeito da formulação.

Desconsiderar padrões de interação social.

Analista corre o risco de reduzir a realidade e desconsiderar aspectos essenciais e intrínsecos à dinâmica das políticas públicas

Um desafio é que a análise de PPs não desconsidere que: tomado como um espaço de troca mediado por relações de poder e interesses entre diferentes atores sociais, a política pública guardaria estruturas de sentido, onde os diferentes grupos sociais envolvidos com a problemática tratada pela ação pública mobilizariam elementos de valor e conhecimento, em processos onde decisões individuais e coletivas estariam em jogo.

MAS, AFINAL, POR QUE A NECESSIDADE DE SE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS?

- 1- Aprendizado político***
- 2- Oportunidade de replicar em outros locais e outras situações***
- 3- Criar uma memória, aproveitar o que já foi desenvolvido e não tentar inventar a roda a cada novo problema, a cada nova demanda***
- 4- Aumentar o repertório de PP existentes, aumentando o potencial criativo para novas realidades***
- 5- Juntar ações de diferentes PP e diferentes áreas umas com as outras, buscando gerar eficiência, eficácia, efetividade e economia***

MAS, AFINAL, POR QUE A NECESSIDADE DE SE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS?

- *Verificação do “compartilhamento de ideias, instituições e interesses na construção das políticas públicas”*
- *Análise de fatores de sucesso versus fracasso*
- *Gera conhecimento sobre erros e acertos de Políticas Públicas*
- *Contribuições da aprendizagem das PPs: “incorporação das lições apreendidas e os processos de mudança política”*
- *“Aprendizado é também compreendido como o momento em que os formuladores de políticas aprendem lições de sucessos e fracassos de políticas anteriores, e usam essas lições e os “novos conhecimentos” para lidar com os problemas.” (Faria, 2003)*
- *“Em uma concepção mais utilitária do termo, a dimensão do aprendizado aqui aparece relacionada à ideia de “lições”, práticas de “sucesso”, “eficácia” e resultados obtidos, sendo esses considerados elementos determinantes para o processo de aprendizado que, segundo essa perspectiva, se desenrola ao longo da experiência de desenvolvimento da política.” (Faria, 2003)*

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Qualificar, mensurar, criar parâmetros para julgar o valor de algo, verificar o desempenho de uma ação

Logo são necessários métodos avaliativos

Produção de informação que irá retroalimentar as tomadas de decisão

Disputa pela demonstração da importância da política / programa

Dimensão política da avaliação: quem a usa, por que usa, de que forma a divulga, o que busca legitimar...

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Elementos centrais

Objetivos – Pergunta orientadora (pergunta avaliativa)

Critérios – Eficiência, Eficácia, Efetividade, Sustentabilidade, Satisfação do usuário, Princípios de justiça, equidade etc.

Modelos analíticos de avaliação – Metas, Impacto, Processos

Metas – Resultados alcançados e mensuráveis em números (ex post)

Impacto – Relações causais entre as metas alcançadas e a melhoria da qualidade de vida das pessoas / comunidades objeto da política pública

Processos – Ferramentas destinadas a introduzir melhorias na política pública durante a sua própria implementação

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Referências bibliográficas

COSTA, Frederico; CASTANHAR, José. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. R AP, Rio de Janeiro 37(5):969-92, Set./Out. 2003

FARAH, Marta. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 50(6):959-979, nov./dez. 2016

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18 (51), 2003

FIGUEIREDO, Marcus Faria & FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. "Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica", in: Textos IDESP, no. 15, 1986, mimeo.

JANUZZI, Paulo. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas IPEA, 2011.

***TEMA PARA DISCUSSÃO:
POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO***

Políticas Sociais: conjunto de políticas públicas, ligadas aos Direitos Sociais, voltadas a promover o Desenvolvimento Humano

Tema relativamente recente na agenda mundial, que guarda relação com a “questão social”, ou seja, o conjunto de desigualdades geradas pela atividade econômica, em especial no Capitalismo

A História da luta política dos setores populares em boa parte do mundo é a História da promoção do Bem Estar Social

Vários caminhos: Democracia Liberal, Welfare State, Socialismo etc.

Thomas Marshall e a luta pela conquista de Direitos Cívicos, Políticos e Sociais (Cidadania, Classe Social e Status)



Políticas Sociais: conjunto de políticas públicas voltadas a promover o Desenvolvimento Humano

Direitos Civis (século XVIII): vida, segurança, acesso à Justiça, propriedade, associação, fé religiosa, ir e vir

Direitos Políticos (século XIX): votar e ser votado(a), livre manifestação política

Direitos Sociais (século XX): atendimento das necessidades humanas básicas, como alimentação, moraria, saúde, educação, trabalho e renda

Direitos Difusos (século XXI): direitos transindividuais, indivisíveis e relacionados à coletividade, como os direitos ambientais

Políticas Sociais no Brasil: um breve histórico

País colonial, voltado à agricultura de exportação de 1500 a 1930
Escravidão, Analfabetismo, Concentração da Riqueza,
Clientelismo, Arbítrio, Ausência de Direitos e de Cidadania

Início do século XX

Organização sindical esparsa, opressão estatal e conquista de alguns poucos direitos

“Questão social como caso de polícia”

(Washington Luis, presidente da república de 1926 a 1930)

Anos 30 – Governo Vargas

Impulso industrializador

Urbanização

Formação de uma grande classe operária

Forte sindicalização

Estabelecimento de direitos sociais

Cidadania regulada



Políticas Sociais no Brasil: um breve histórico

Ao longo do século XX

Concentração da riqueza

Baixos índices de desenvolvimento humano

Déficit de democracia

Ausência de direitos à maioria da população

Crescimento lento da cobertura dos serviços públicos e das políticas sociais

Os trabalhadores saem aos poucos do arbítrio do patrão e vão aos poucos sendo colocados sob a tutela do Estado



Políticas Sociais no Brasil: um breve histórico

Até 1988...

Cidadania regulada, para compensar carências pontuais e dar legitimidade política aos grupos no poder

Forte centralização das políticas no governo federal, e completa ausência dos cidadãos nos processos decisórios

Forte caráter discriminatório das políticas sociais



Políticas Sociais no Brasil: um breve histórico

Constituição Federal de 1988

Previsão da universalização dos direitos sociais

Resultado da intensa mobilização de movimentos sociais

CF 1988

Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais)

Título VIII (Da Ordem social)

E quais são estes direitos?

Educação, saúde, moradia, trabalho, cultura, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência social, direitos do trabalho, meio ambiente ecologicamente equilibrado, alimentação, direito à velhice digna



Políticas Sociais no Brasil: um breve histórico

Constituição Federal de 1988

***Saúde, educação e assistência social como direito do cidadão e
responsabilidade do Estado***

***Políticas estratégicas no combate à pobreza e na promoção da
cidadania***

***Novo federalismo, ou seja, um novo arranjo de atribuições e
competências entre União, estados e municípios em relação às
políticas sociais***

Mas que novo federalismo é este?

As políticas sociais e o novo federalismo brasileiro

Descentralização como fruto da luta democrática e da tentativa de conferir viabilidade financeira a estados e municípios

Descentralização como fortalecimento da sociedade civil e como reconhecimento da importância da sua participação nas políticas públicas

Elevação da participação de estados e municípios na receita tributária e a idéia da participação e do controle social como meios de alocação ótima dos recursos

Reversão do processo de centralização financeira que havia até 1988

Aumento da autonomia de estados e municípios em relação a tributos de sua competência

Aumento da participação de estados e municípios na arrecadação global de tributos

As políticas sociais e o novo federalismo brasileiro

Fundo de Participação dos Estados

85% estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Fundo de Participação dos Municípios

85% para municípios com até 156 mil habitantes

Traço marcante da federação brasileira: baixo dinamismo econômico local e dependência fiscal de grande parte dos estados e municípios em relação às receitas transferidas via fundos de participação



As políticas sociais e o novo federalismo brasileiro

Criação de condições para o repasse de recursos para estados e municípios

Fundos de repasse setoriais

Vinculação de receitas ao gasto com políticas sociais

Criação de conselhos locais (Adm. Pública + sociedade civil)

Financiamento compartilhado

Ex: Educação 18% das receitas da União, 25% das receitas de estados e municípios

LDB / FUNDEF / FUNDEB

Descentralização e garantia do financiamento



BRASIL: FEDERALISMO, DESCENTRALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Descentralização

Redemocratização

Aumento da demanda por eficiência dos serviços públicos

Necessidade de adequar as políticas públicas à diversidade brasileira

Valorização dos três entes federativos, buscando preservar a autonomia de cada um deles e fortalecer a interdependência

Maior autonomização de estados e sobretudo municípios, que assumem grande parte das políticas sociais

Nova arquitetura das finanças públicas brasileiras

Aumento dos repasses de recursos para os níveis estadual e municipal

Relativa desconcentração dos recursos públicos necessário à implementação de políticas públicas no nível estadual e municipal

BRASIL: FEDERALISMO, DESCENTRALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Descentralização

Municípios passaram a promulgar suas próprias Leis Orgânicas

Exigência da criação de Planos Diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes

Exigência da criação de Conselhos Municipais nas mais diversas áreas

Regiões Metropolitanas

Consórcios Intermunicipais

Criação de órgãos de planejamento a nível local e regional

Temas de políticas públicas a nível nacional, regional, estadual, metropolitano, municipal e submunicipal

Temas de políticas públicas de difícil delimitação governativa

Meio ambiente, transporte, segurança pública

UM NOVO BRASIL (1988 - 2015)

Consolidação do perfil majoritariamente urbano

Abertura da economia e fortes mudanças na estrutura produtiva

Diminuição da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida

Melhorias quantitativas e qualitativas nas políticas de saúde, educação, combate à pobreza etc. e fracasso nas políticas ligadas à questão do urbano (transporte público, saneamento básico, segurança pública, habitação etc.)

*Aumento da demanda por mais e melhores serviços públicos, por mais **accountability**, por mais ética no trato da coisa pública*

Aumento da demanda por participação

DESCENTRALIZAÇÃO

Conceito: compartilhamento de poder, dos processos de tomada de decisão, de implementação e de avaliação de políticas públicas

Ambiente: democracia, na qual os pontos de vistas dos diversos atores envolvidos nos processos de construção de políticas públicas são levados em conta tanto quanto possível

Prática: delegação de funções de órgãos centrais para agências mais autônomas ou da cúpula para os gestores e funcionários da ponta

Outros tipos de delegação: privatização de serviços públicos e terceirização de funções para organizações da sociedade civil

DESCENTRALIZAÇÃO

Ocorrência histórica: a formação dos Estados Nação na Europa dos séculos XV em diante tinha como base a centralização, e não o contrário

Poder territorial e militar no século XVIII

Poder político e econômico no século XIX

Poder burocrático no século XX

Descentralização só era vista de forma positiva, até meados do século XX, nos EUA

Tradição do self government

E no Brasil, qual a tradição quanto a isto?

DESCENTRALIZAÇÃO

Brasil

- > *Formação de uma estrutura administrativa colonial submetida a um Estado Absolutista*
 - > *Estado gerido por um estamento burocrático ligado ao rei*
 - > *Burocratas nomeados por laços de amizade e fidelidade ao rei*
 - > *Vigência do despotismo, do arbítrio e da ausência de direitos individuais*
 - > *Sociedade e administração pública construídas na base do “você sabe com quem tá falando?” e do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”*
- Salários baixos combinados a acesso privilegiado a recursos e acesso a fontes de poder*

Raymundo Faoro

Os donos do poder

Formação
do patronato
político brasileiro

Prefácio de Gabriel Coln

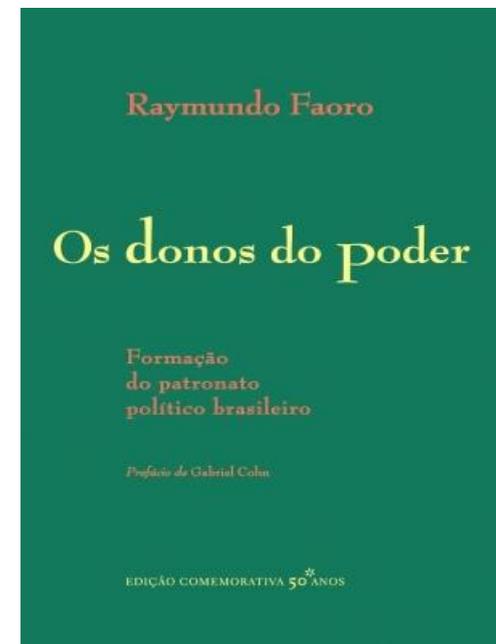
EDIÇÃO COMEMORATIVA 50 ANOS

DESCENTRALIZAÇÃO

Brasil

- Camada de agentes fiéis ao rei e de funcionários forma um círculo de honras e privilégios, conferindo e estabelecendo posições de mando, superioridade e fidalguia
- O indivíduo investido de cargo público se torna quase um nobre, investe-se de autoridade, passa a comportar-se como um aristocrata diante dos súditos
- Em pouco tempo os cargos públicos passaram a ser “vendidos” para membros de uma burguesia comercial ascendente

Objetividade, impessoalidade, racionalidade na gestão pública como obra a ser construída no futuro...



DESCENTRALIZAÇÃO

Brasil

- Aparente estrutura hierárquica, mas na realidade uma complexa teia de relações sociais e políticas que perpassa e perverte os diversos graus de autoridade
- Difusão de órgãos colegiados sobre as mais diversas esferas de decisão e execução governamentais, resultando em ineficácia e ineficiência. Servem como anteparos ao poder do déspota mas nada têm de democráticos, apenas reiterando privilégios
- Nenhuma semelhança com o **self government**, pois permitiu que burocratas lotados na colônia criassem seus próprios feudos de governança local sem lei e sem obediência hierárquica ou aos cidadãos, criando um caldo de cultura na máquina pública de violência e desrespeito aos direitos

Raymundo Faoro

Os donos do poder

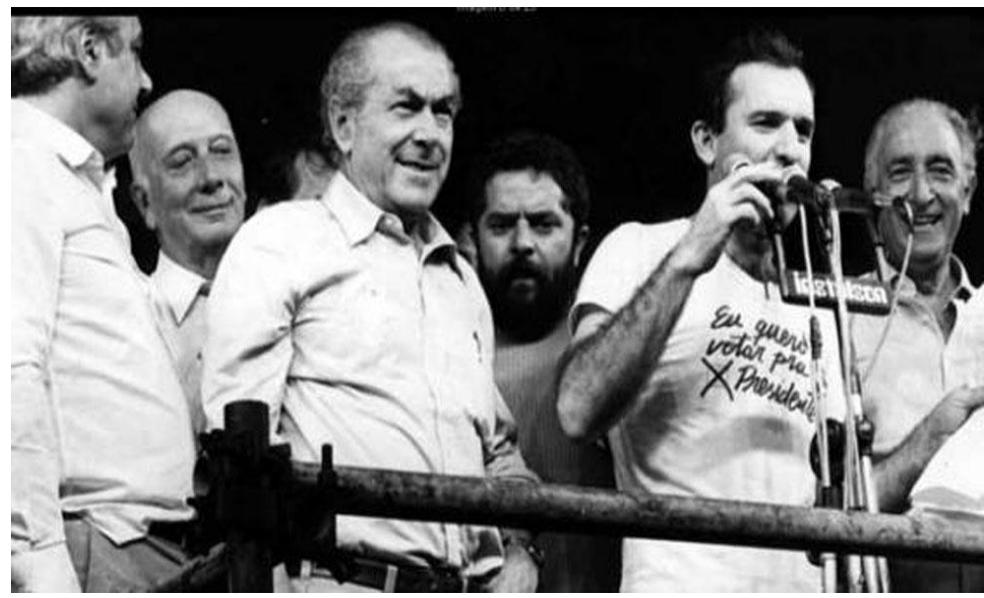
Formação
do patronato
político brasileiro

Prefácio de Gabriel Coln

EDIÇÃO COMEMORATIVA 50 ANOS

“A formação da burocracia pública brasileira, ainda no período colonial, obedece a uma lógica patrimonialista, pela qual a concessão do cargo público se dá para garantir a manutenção do poder do soberano, e sua conquista ou utilização ocorre para se garantir acesso a status, bens materiais e privilégios disfarçados de direitos, num ataque frontal ao princípio republicano por meio do estabelecimento da desigualdade perante a lei e da apropriação privada de bens que são públicos.”

Raymundo Faoro, Os Donos do Poder, 1958



DESCENTRALIZAÇÃO

Discurso e prática descentralizadoras derivaram da crise do modelo centralizador de intervenção estatal

Derivaram também da redemocratização e das demandas por voto, voz e participação

Mas o Estado não foi drasticamente reduzido

Os governos centrais não foram esvaziados

Mas houve sim o redesenho do Estado, com a atribuição de mais e mais complexas atribuições aos demais entes federativos e a abertura de canais de interlocução entre Estado e Sociedade Civil

DESCENTRALIZAÇÃO – VANTAGENS

Maior proximidade entre governo e cidadão

Aumento da disseminação de informações

Criação de canais de debate e participação

Instituição de mecanismos de fiscalização e prestação de contas

Promoção da inovação e da criatividade no atendimento de demandas e na solução de problemas

DESCENTRALIZAÇÃO – DESVANTAGENS OU DESAFIOS

Difícil calibragem nas relações de poder e na divisão de tarefas, cooperação e coordenação entre os entes federativos

Competição predatória entre os entes federativos por recursos

Disparidade de recursos entre as administrações públicas sub-nacionais, em termos de pessoal, infra-estrutura, práticas administrativas, culturas políticas locais etc.

Eventual (re)fortalecimento das oligarquias locais através da descentralização de recursos e de poder

DESCENTRALIZAÇÃO

Referências bibliográficas

ABRUCIO, Fernando. Descentralização e coordenação federativa no Brasil: lições dos Anos FHC. in O Estado numa Era das Reformas: os Anos FHC volume II. Brasília, MP, Seges, 2002

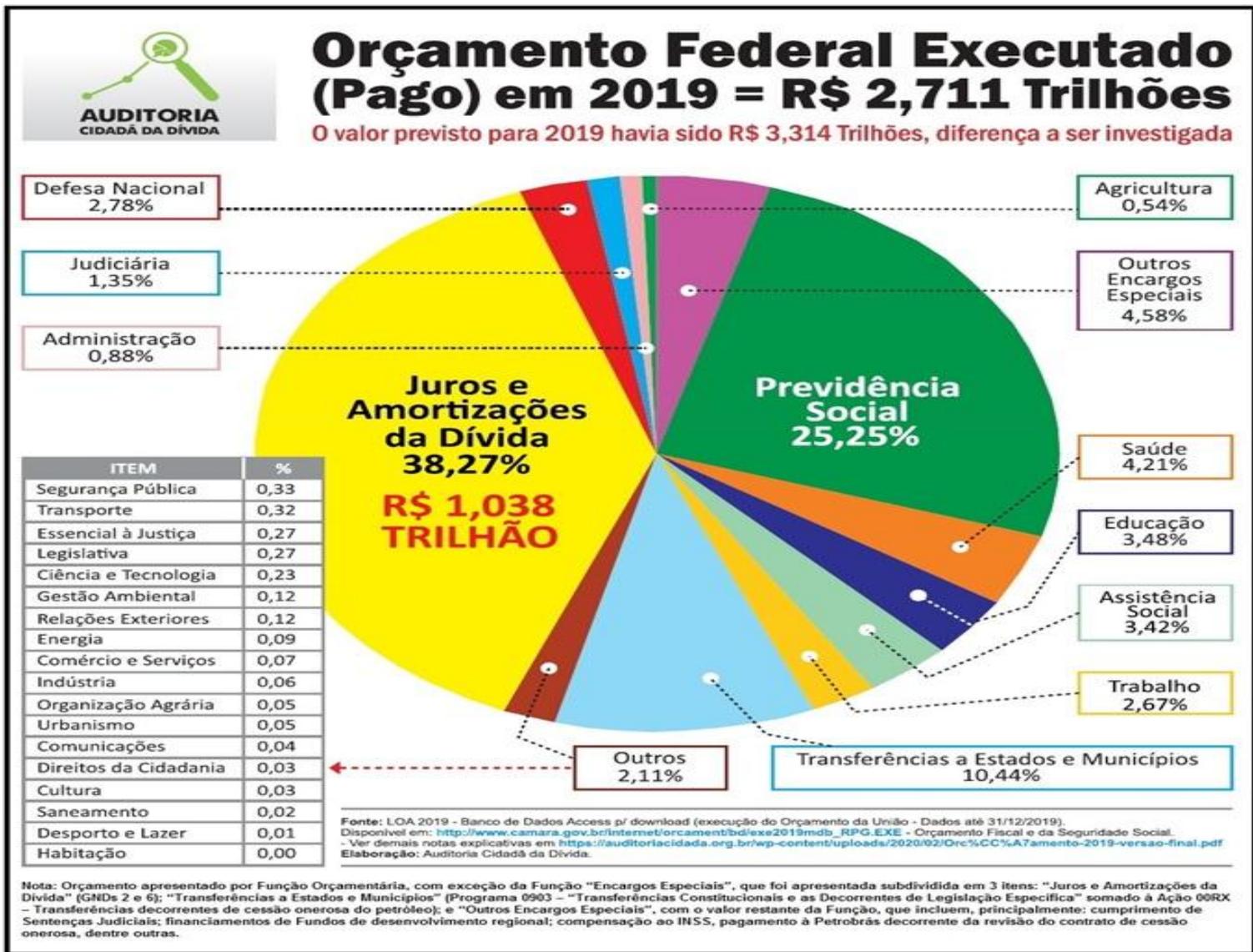
ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Revan/FAPESP, 2000.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 3a. Ed, 2001

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed, 2001

***TEMA PARA DISCUSSÃO:
POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO***

Orçamento Geral da União (Executado em 2019)



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida Pública – auditoriacidada.org.br

As políticas sociais, a pobreza e a desigualdade sócio-econômica

A evolução do gasto público nas áreas sociais desde 1988 teve impactos significativos na redução da pobreza no Brasil até meados desta década

Já a queda da desigualdade sócio-econômica deveu-se mais à melhoria das condições econômicas, do nível de emprego, dos níveis salariais, das políticas de transferência de renda e do maior acesso ao crédito dos setores populares. Novos dados, no entanto, apontam para a manutenção da distância entre ricos e pobres na apropriação da riqueza nacional

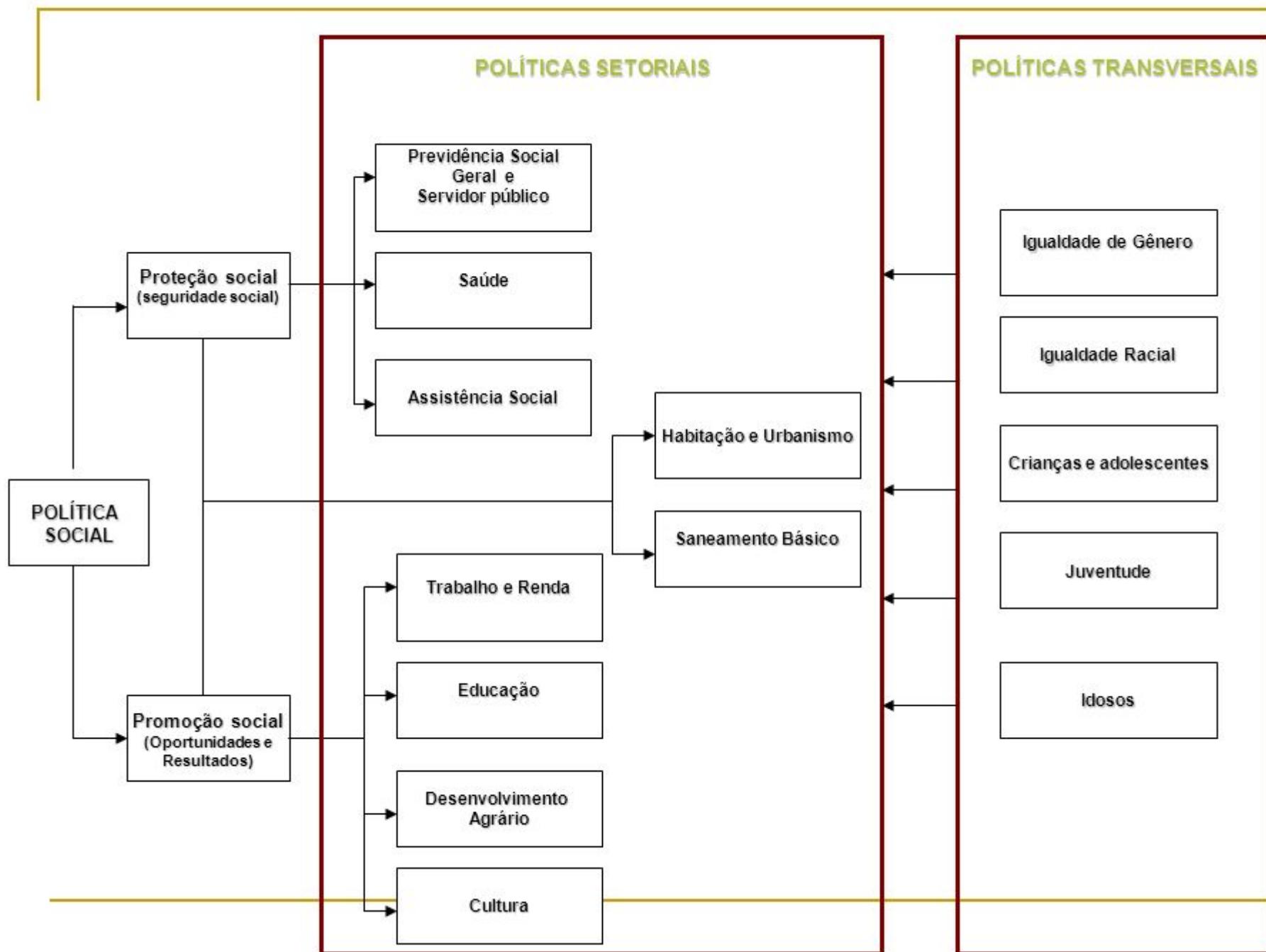


EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL NO BRASIL PÓS-1988

Gasto focalizado, como na Previdência Social e no Desenvolvimento Social, é majoritariamente do governo federal

Gastos universais, como na Educação, na Saúde e no Transporte, são majoritariamente dos estados e municípios

POLÍTICAS SOCIAIS



BRASIL – Evolução do Gasto Social do Governo Federal – 2002-2015 (em % PIB)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Assistência Social	0,5	0,6	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	1,3	1,3	1,3	1,4	1,5	1,5	1,5
Educação e Cultura	1,7	1,6	1,5	1,6	1,6	1,7	1,8	2,0	2,1	2,2	2,3	2,3	2,6	2,7
Organização Agrária	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Previdência Social	8,0	8,2	8,3	8,9	8,9	8,6	8,3	8,9	8,5	8,4	8,7	8,7	8,9	9,3
Saneam Básico e Habitação	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5
Saúde	1,8	1,6	1,8	1,7	1,8	1,8	1,8	2,0	1,9	1,9	2,0	2,0	2,1	2,1
Trabalho e Emprego	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	1,4	1,2

Fonte: SIAFI/SIDOR, Demonstrativos dos Gastos Tributários – DGT, IBGE.

POLÍTICAS SOCIAIS

Referências bibliográficas

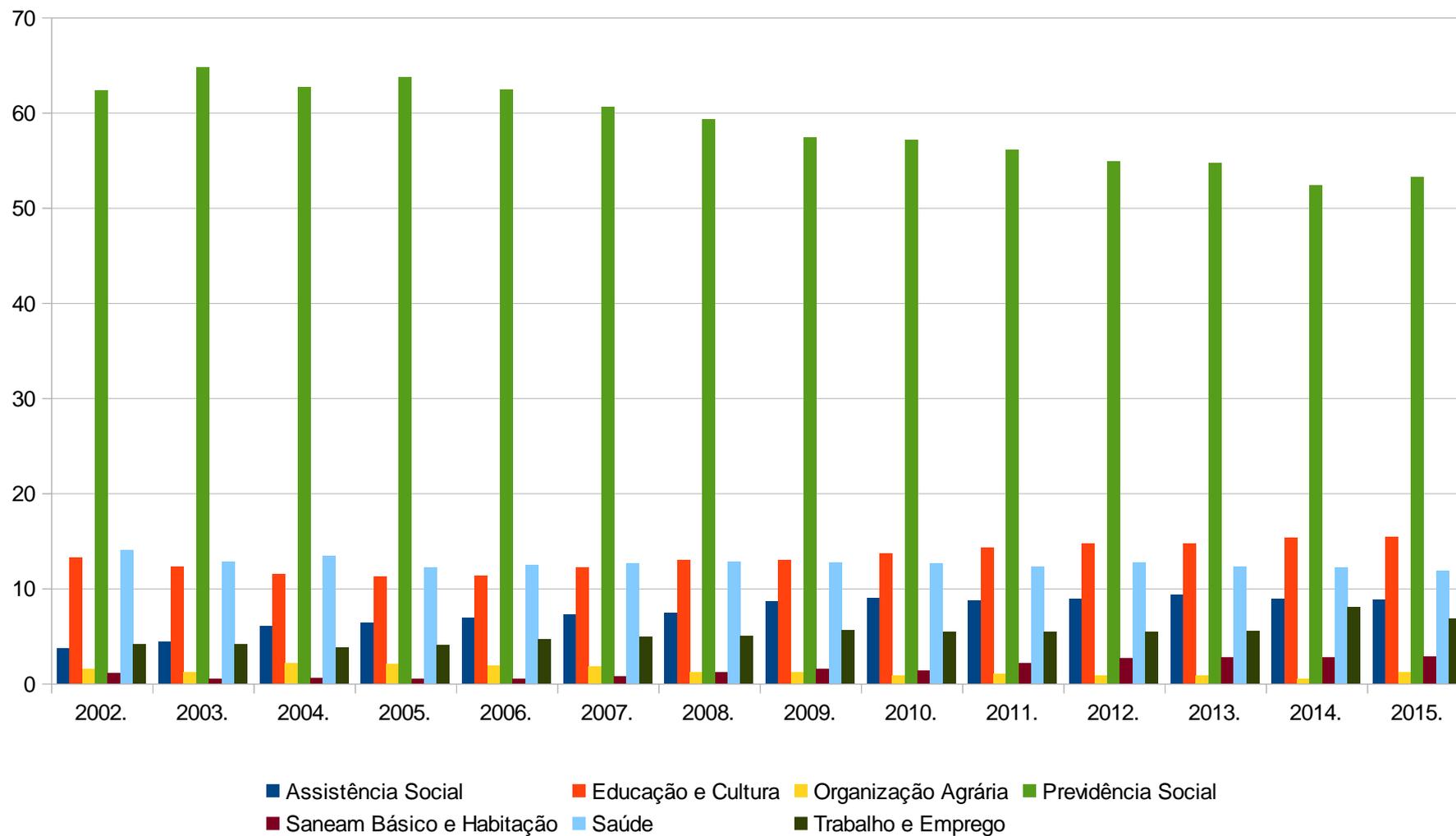
CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil – O longo caminho". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

MARSHALL, Thomas. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça : a política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro, Ed . Campus, 1979

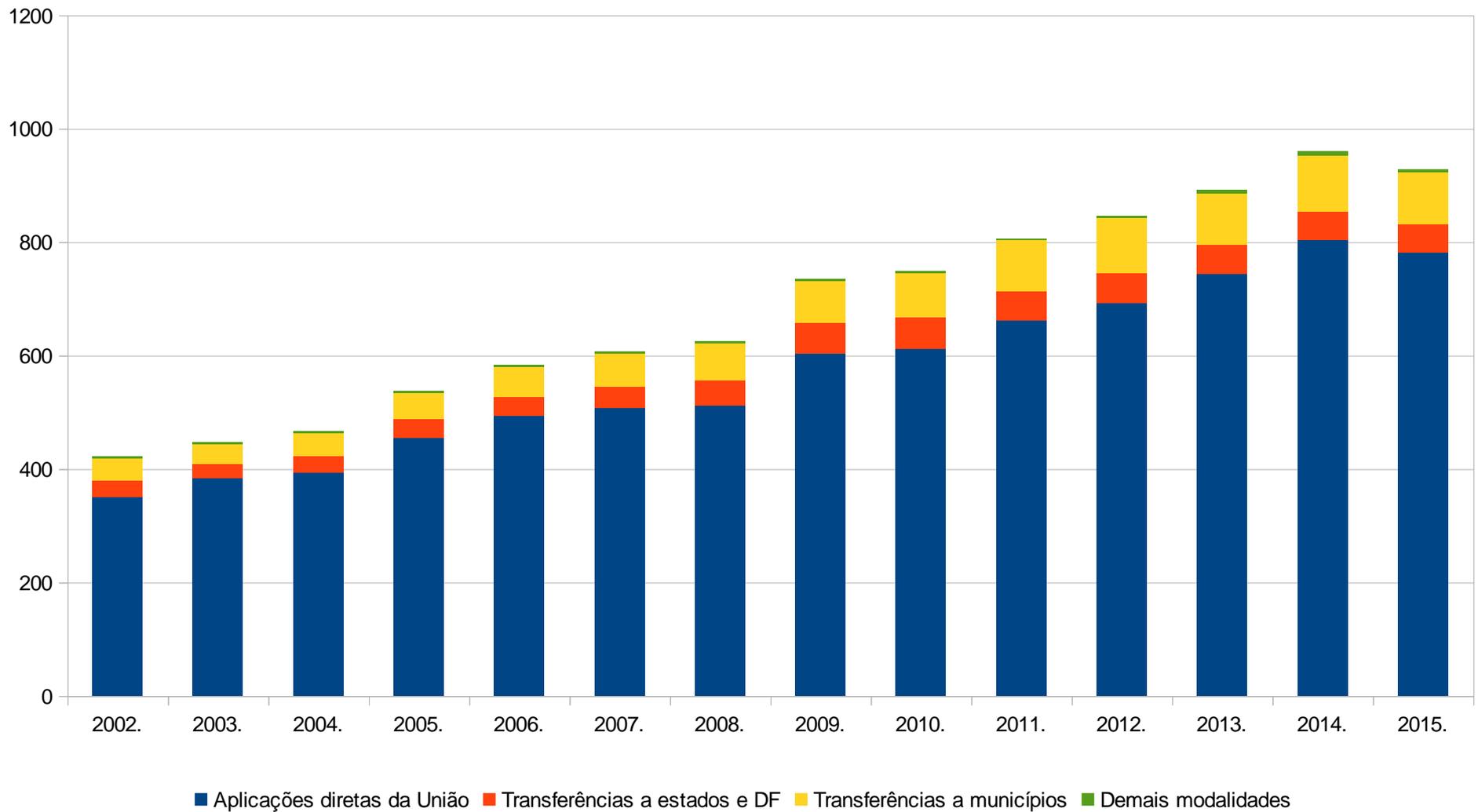
TESOURO NACIONAL. Gasto Social do Governo Central – 2002 a 2015. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/junho/tesouro-divulga-estudo-sobre-gasto-social-do-governo-central-2002-a-2015>

Composição do gasto social do Governo Central – Brasil – 2002 a 2015 – % do total



Fonte: SIAFI/SIDOR, Demonstrativos dos Gastos Tributários – DGT

Distribuição do gasto social direto por modalidade de aplicação – Brasil – 2002 a 2015
(R\$ Bilhões a preços de dez/2015 (IGP-DI))



Fonte: SIAFI/SIDOR, FGV

INTERSETORIALIDADE

Conceito: (nova) lógica de gestão que congrega diversos setores responsáveis pelas políticas sociais, utiliza várias perspectivas analíticas sobre problemas e soluções / alternativas e articula atores sociais diversos e especializados

Trata-se de um instrumento de otimização de ferramentas, competências, saberes e recursos com o objetivo de atender às mais variadas demandas, com mais e melhores resultados. Nesse sentido, a ação conjunta entre setores do poder público e atores sociais expressa um novo marco na prestação do serviço público

A intersectorialidade pressupõe graus crescentes de interação entre as diversas áreas da administração pública e os conselhos de participação, bem como entre os três entes federativos, os três Poderes e o poder público e a sociedade civil, num desenho menos hierarquizado e mais assemelhado a uma rede

Em outros termos, trata-se do oposto de uma visão e uma prática tradicionais do poder público, pautadas no tecnicismo puro, no insulamento, nas sólidas estruturas hierárquicas, no isolamento entre áreas afins e complementares e na repetição de rotinas

INTERSETORIALIDADE

Referências bibliográficas

MONERRAT, Gisele; Souza, Rosimary. Política social e intersectorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. SER Social, v.12, n. 26, janeiro a junho de 2010.

*PEREIRA, Potyara. A intersectorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. Disponível em <http://matriz.sipia.gov.br/images/acervo/Texto%20Potyara%20-%20intersectorialidade.pdf>
Acesso em 14/07/2016.*